

## Número 30 - janeiro/abril de 2001

### Desigualdade Social

### A Belíndia é aqui mesmo

Minas é o retrato-síntese do Brasil, pois nenhuma outra unidade da Federação ilustra tão bem as desigualdades regionais do País, apresentando, na sua unidade política, realidades diversas, com grandes diferenças regionais, econômicas, sociais e até mesmo culturais. Percorrer Minas é como viajar do Nordeste ao Sul, do Piauí até São Paulo

**Jorge Pôssa**

Jornalista da Alemg

O Brasil entrou no século XXI ostentando um título vergonhoso: o de campeão mundial de desigualdade e concentração de riqueza. Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, mostra que a renda média dos 10% mais ricos é 28 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Nos Estados Unidos, a renda média dos 10% mais ricos é 10 vezes a dos 40% mais pobres; e na Holanda, apenas 5 vezes. Os únicos concorrentes do Brasil no campeonato mundial da desigualdade social são Serra Leoa, Paraguai e África do Sul. Ao lado desse quadro de concentração de riqueza, agravando suas consequências e tornando mais complexa a busca de soluções, há o problema das gigantescas desigualdades regionais. Ao norte, o Brasil da seca, da falta de saneamento básico, da agricultura rudimentar, do pé no chão e das compras nas feiras livres. Ao sul, o Brasil dos shopping centers, dos tênis importados, da soja exportada, das metrópoles e das indústrias. Mas, tanto num como noutro, as desigualdades intra-regionais acentuam ainda mais o problema. Enquanto o norte subdesenvolvido abriga resorts de fazer inveja ao Primeiro Mundo, o sul desenvolvido mal consegue esconder os imensos bolsões de miséria. No cartão postal do País, além do Corcovado e do Pão de Açúcar, é possível ver as favelas subindo os morros e cercando a Cidade Maravilhosa.

Resultado do acúmulo de dívidas sociais de 500 anos e de um modelo de desenvolvimento altamente concentrador, o Brasil pode ser resumido na feliz expressão do economista Edmar Bacha: o País é uma Belíndia, uma espécie de mistura de Bélgica com Índia. Aqui convivem a riqueza e a miséria, num mosaico de muitas realidades distintas, que desenha um verdadeiro apartheid social e desafia economistas, cientistas sociais e governantes.

**Um outro mundo** – A questão das desigualdades sociais voltou com força ao noticiário político nacional e internacional por ocasião do Fórum Social Mundial. O evento reuniu, na última semana de janeiro, em Porto Alegre, mais de 15 mil participantes, representantes de partidos, movimentos sociais e ONGs de 120 países. Lá estava a esquerda mundial, em seu sentido mais amplo, denunciando o neoliberalismo e, sob o lema "um outro mundo é possível", clamando por mudanças e pela construção de um novo modelo de globalização e de organização das sociedades, ecologicamente sustentável e socialmente mais justo e solidário.

Concordâncias e divergências ideológicas à parte, o fato é que o encontro de Porto Alegre, que contou com a presença do então presidente da Assembléia Legislativa de Minas, deputado Anderson Aduato (PMDB), obteve êxito ao colocar-se como contraponto ao Fórum Econômico Mundial que acontecia simultaneamente em Davos, na Suíça. Tanto é assim, que dirigentes do FMI e do Banco Mundial que participavam do encontro na Europa foram levados a reconhecer que alguma mudança de rota era necessária, uma vez que a globalização mostrara-se incapaz de diminuir as desigualdades sociais e regionais existentes no planeta.

**Minas são várias** – As diferenças não aparecem apenas quando se comparam regiões muito distintas, como Ásia e América Latina, mas também o Triângulo Mineiro e a Zona da Mata, o Sul de Minas e o Jequitinhonha. Pode-se dizer que Minas é retrato-síntese do Brasil. Nenhuma outra unidade da Federação ilustra tão bem as desigualdades regionais do País. Apesar de sua unidade política, o Estado apresenta realidades diversas, com grandes diferenças regionais, econômicas, sociais e até mesmo culturais. Como já lembrava Guimarães Rosa, "Minas são várias". Percorrer Minas Gerais é como viajar do Nordeste ao Sul, do Piauí e Alagoas até São Paulo e Santa Catarina.

Com 588 mil quilômetros quadrados, Minas Gerais tem uma área maior que qualquer país europeu, à exceção da Rússia e da Ucrânia, quase equivalente à Península Ibérica (Portugal e Espanha), ou ainda, maior que Uruguai e Paraguai, somados. O censo do IBGE do ano passado registrou uma população de quase 17 milhões de mineiros, distribuídos em 853 municípios e 1.535 distritos. A economia do Estado é comparável à de países como Chile e Colômbia.

**Paradoxo** – Minas vive o paradoxo de ser a segunda economia do País e, ao mesmo tempo, apresentar renda per capita abaixo da média nacional, além de ter regiões de extrema pobreza. As disparidades regionais, que afetam as condições de vida de milhões de mineiros, são consequência da concentração espacial das atividades econômicas, mantida ao longo dos anos. As diferenças entre áreas de maior e menor desenvolvimento são visíveis, tanto do ponto de vista de oportunidade de emprego e renda quanto no acesso a serviços básicos como educação, saneamento, água tratada, energia elétrica, etc. As macrorregiões Noroeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri somam 31% do território, mas respondem por apenas 7% do PIB estadual. As regiões Central, Triângulo e Sul, também com 31% do território, produzem 66% do PIB.

Em artigo publicado, no ano passado, na Revista do Legislativo, o professor Marcos Fábio Martins de Oliveira, da Unimontes, diz que, se o Norte de Minas, consolidando-se seus indicadores sociais, for isolado e considerado como um Estado, ele será o Estado mais pobre entre todos os demais Estados nordestinos. Enquanto a renda per capita do Nordeste brasileiro é superior a R\$ 2 mil, segundo o IBGE, a do Norte de Minas não chega a R\$ 1,5 mil. E a situação é ainda pior considerando-se o Vale do Jequitinhonha. Para melhorar esse quadro, Marcos Oliveira só vê uma saída: a participação do poder público, incluindo-se a Área Mineira da Sudene nos programas federais de combate à pobreza, ao subdesenvolvimento, à seca e aos desequilíbrios sociorregionais. "O Nordeste começa aqui, em Minas Gerais, não apenas geograficamente, mas também em toda sua dimensão social e ecológica", sentença.

**Geração de renda** – De acordo com o estudo "Produto Interno Bruto de Minas Gerais – Municípios e Regiões", do Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (CEI/FJP), a produção econômica do Estado, medida pelo PIB, chegou, em 1997, a R\$ 81,4 bilhões. Isso representa um PIB per capita de R\$ 4.817. No entanto, o trabalho, que abrange o período de 1985 a 1997, aponta a existência de sérias desigualdades na distribuição espacial, tanto da população quanto da riqueza por ela gerada. Essas desigualdades podem ser medidas de diversas formas. Tomando-se o PIB médio por município como referência, de R\$ 107 milhões, verifica-se que 13% dos municípios têm PIB acima da média e 87%, abaixo. Esses mesmos 87% respondem por apenas 20,3% da produção estadual.

Os 70 maiores municípios de Minas Gerais concentram 55% da população do Estado e produzem 75% do PIB. Desses 70 municípios, 25 pertencem à região Central; 12, ao Sul de Minas; 8, à Zona da Mata; 6 estão no Vale do Rio Doce; 5, no Triângulo; 4 são do Norte de Minas; 3, do Alto Paranaíba; 3, do Centro-Oeste; 3, do Noroeste; e 1, do Jequitinhonha/Mucuri. Os 25 maiores municípios da região Central, sozinhos, concentram 42,5% do PIB estadual. Regionalmente, a maior concentração da renda está na região Central, que absorve 46,9% do PIB total do Estado. Somente quatro regiões, Central, Mata, Sul de Minas e Triângulo, detêm 75% da renda gerada em Minas Gerais.

**Gini** – O estudo analisa o PIB dos municípios pelo coeficiente de Gini, que varia entre 0 (distribuição perfeita entre os municípios) e 1 (concentração absoluta). A conclusão a que se chega é que, no Estado como um todo, houve ligeira piora na concentração da riqueza estadual, passando o índice de 0,803 em 1985 para 0,814 em 1997. Apenas a região Noroeste, no período, apresentou desconcentração índice do PIB, apresentando coeficientes Gini de 0,51 e de 0,44. O trabalho da FJP mostra, também, que não houve, nos 12 anos pesquisados, mudanças significativas na estrutura produtiva do Estado. Os setores industrial e de serviços ganharam maior participação em detrimento do agropecuário, notadamente nas regiões Noroeste, Norte e Jequitinhonha/Mucuri, mas as alterações não foram substanciais e deveram-se à implantação de algumas empresas de grande porte. **(Quadro)**

#### As distâncias estão aumentando

Estudos desenvolvidos pela FJP – "Indicadores Econômicos em Nível Municipal – 1997" mostram que, entre 1985 e 1995, o PIB mineiro cresceu 27,3% e a população aumentou 14,8%. Isso acarretou um crescimento do produto per capita de 10,9%. Mas essas taxas globais escondem enormes diferenças regionais. Entre as dez regiões de planejamento, as taxas de crescimento do PIB variaram de 15,9% a 108,5%; o crescimento populacional variou de 1,8% a 22,1%; e o PIB per capita, de 1,6% a 93,9%. Cabe, então, uma pergunta: essas diferenças regionais de crescimento amenizaram ou não a diversidade regional que existia em 1985? Os estudos da FJP mostram que não. Em 1985, as regiões mais ricas e populosas eram a Central e a Sul. Dez anos depois, a região Central, com 13,7% da área do Estado, ainda era a principal, com 47,2% do produto e 34,2% da população; seguida de longe pelo Sul de Minas, com 11,4% do produto e 13,3% da população. Em 1995, o Norte de Minas, com 22% da área e 8,4% da população, respondia por apenas 4,4% do produto. E o Jequitinhonha, com 11% da área, 5,8% da população e 1,9% do produto, tinha uma renda per capita equivalente a 32,5% da média estadual.

**IDH** – Outro trabalho da FJP – "Condições de vida nos municípios de Minas Gerais, 1970/1980/1991" –, publicado em parceria com o Ipea, confirma que a distância entre localidades pobres e ricas, ao invés de diminuir, tem aumentado. Os estudos baseiam-se no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU desde 1990 e que tem a finalidade de comparar o estágio de desenvolvimento relativo entre países. Esse índice, além da variável econômica (renda), inclui fatores que não permitem captar as condições de vida das populações, como educação e longevidade. O índice é o mesmo que, no ano passado, serviu de parâmetro para o "Projeto Alvorada", do governo federal, que destina recursos para os municípios mais pobres. Embora os indicadores revelem melhorias em todas as regiões, a evolução foi maior justamente onde as condições já eram melhores, ampliando o fosso que separa as duas realidades. O estudo da FJP/Ipea analisa a evolução da situação dos municípios ao longo de duas décadas de características bem distintas: de uma ditadura, com crescimento econômico acelerado, exclusão social e intensa concentração de renda; e outra de redemocratização, com estagnação e inflação galopante – a chamada 'década perdida'. A conclusão a que se chega é de que foi na década de 80 que municípios mais pobres perderam o compasso: partiram de uma base que já era pior e não cresceram tanto quanto os demais.

**Propostas e planos** – A realidade tem mostrado que, para superar as desigualdades, é preciso muito mais que propostas e planos, que, muitas vezes, não saem do papel. Quando disputou a Presidência pela primeira vez, em 1994, Fernando Henrique Cardoso apresentou ao País o livro "Mãos à obra, Brasil!", contendo sua proposta de governo. O livro é aberto com as seguintes palavras: "O Brasil não é um país subdesenvolvido. É mais justo. Mas, passados mais de seis anos, os indicadores econômicos e sociais não apontam para um Brasil mais justo, com menos desigualdades. Em 1998, quando candidato a governador, Itamar Franco destacou, em seu plano de governo, a questão das disparidades regionais como uma de suas prioridades. "Um dos principais problemas de Minas Gerais é a desigualdade entre as regiões: a parte rica (mais ao sul) e a parte pobre (mais ao norte)", dizia a carta-programa, ressaltando que a maioria das 490 novas indústrias implantadas no Estado sob orientação do Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), na década de 90, foram instaladas na parte sul. E, para modificar esse quadro, Itamar Franco propôs a interiorização do progresso mediante a criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico-Social, a descentralização administrativa e a elaboração de "projetos estruturantes com impactos positivos no desenvolvimento regional, voltados às vocações regionais, às potencialidades e vantagens comparativas". Até hoje, nem os tais Conselhos Regionais foram criados.

**Regionalização** – O planejamento descentralizado é sempre apontado como instrumento eficaz para reduzir, em médio e longo prazos, as desigualdades. Mas regionalizar o planejamento não é tarefa fácil. A implantação das Regionais Administrativas, no governo Azeredo, esbarrou em obstáculos políticos que impediram que a iniciativa criasse raízes e sobrevivesse no período seguinte. As Regionais foram extintas no início do governo Itamar. As Audiências Públicas Regionais, criadas pela Assembléia Legislativa em 1992, em cumprimento à Constituição Estadual de 1989, ajudaram a estimular uma cultura política regionalizada. Lideranças de todos os cantos de Minas despertaram para a necessidade de se identificar vocações regionais e projetos estratégicos capazes de beneficiar um conjunto de municípios. Mas a falta de vontade política para viabilizar a maioria das propostas aprovadas nas Audiências desacreditou a iniciativa. Em 1999, as Audiências Regio-nais foram substituídas pelo projeto "Construindo o Orçamento Participativo", que deveria marcar o início da implantação do OP como instrumento de planejamento e gestão financeira. No entanto, o projeto, que seria um passo adiante no sistema das APRs, não teve seqüência nos anos seguintes, deixando a sociedade organizada sem um canal de interferência direta na elaboração do orçamento estadual. Uma iniciativa mais bem-sucedida foi a Lei Robin Hood, de 1995, que alterou o modelo de redistribuição de parcela do ICMS aos municípios mineiros, beneficiando os mais pobres e incentivando a aplicação de recursos em áreas sociais básicas, como educação e saúde. A lei multiplicou a arrecadação de um sem-número de municípios, permitindo a melhoria de serviços prestados pelas prefeituras.

Para muitos, além de vontade política, falta a ousadia de planos que sejam capazes de alterar a face do Estado e do País, como já aconteceu no passado com o Plano de Recuperação Econômica e Fomento à Produção, de Milton Campos, ou com o famoso Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, que teve origem no binômio "energia e transporte", quando JK governou Minas.

**Estado desaparelhado** – Não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos. Assim, é preciso explicitar os problemas das políticas públicas e revelar a incompetência das burocracias governamentais. Mas nem sempre é fácil estabelecer as causas fundamentais e as raízes dos problemas centrais do serviço público. Alguns problemas até que são bem visíveis e estão estampados nas manchetes dos jornais. Em meados de abril de 2001, o relatório final da CPI do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), na Câmara dos Deputados, revelou um rombo de R\$ 2,2 bilhões na Sudene, administradora do fundo, inclusive em projetos localizados no Norte de Minas. No Estado, 49 projetos que ajudariam a reduzir as desigualdades na região foram excluídos devido a irregularidades. A CPI também concluiu que a geração de empregos dos empreendimentos financiados pela Sudene ficou bem abaixo das metas, e que apenas 25% dos postos de trabalho previstos foram efetivamente criados.

Outro exemplo é o Projeto Jaíba, que prometia ser a redenção do Norte de Minas ao irrigar 100 mil hectares e assentar 10 mil famílias. Orçado em US\$ 700 milhões e contando com financiamento internacional, o projeto, que se arrasta há décadas, já consumiu várias vezes o orçamento inicial e ainda está longe de cumprir seus objetivos. Na publicação "Gestão e avaliação de políticas e programas sociais: subsídios para discussão", Francisco Gaetani, diretor da Escola de Governo da FJP, diz que o Estado brasileiro atual não está preparado para assumir as novas (e antigas das velhas) tarefas que se delinham no âmbito das transformações em curso na virada do século. Segundo ele, o Estado, refém de interesses privados e corporativos, protela o enfrentamento dos problemas, contribuindo para o seu agravamento e aumentando o custo das hipotéticas soluções. "As áreas de saúde, educação, assistência social, emprego, habitação, saneamento básico, entre outras, não atuam em conjunto, não dialogam entre si e não se propõem a desenvolver um esforço institucionalizado e sistemático de compatibilização de ações e construção de sinergias e complementariedades", denuncia. Na opinião de Gaetani, a área social tende a desempenhar um papel periférico no centro nervoso dos governos, "exceto pelo apetite que desperta nos segmentos políticos que se nutrem do clientelismo e da administração da escassez".

**Problema é estrutural** – Para o vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ex-ministro Paulo Paiva, a América Latina como um todo e o Brasil, de maneira especial, têm uma história de crescimento com desigualdade, que é a base da história social dos países latino-americanos. Ele cita o escritor Carlos Fuentes, que, no livro "Los cinco soles", diz que os países latinos conseguiram a independência, mas deixaram esquecida a igualdade. "O crescimento desigual está na base de nossa formação econômico-social", sustenta.

O dirigente do BID afirma que estudos recentes da Cepal trazem evidências de que as reformas econômicas implantadas na década de 90 não tiveram nenhum impacto positivo na redução das desigualdades. "O grande desafio que está colocado, na entrada do século XXI, é conciliar desenvolvimento econômico com equidade. E isso não é nada fácil. Pelo contrário, é algo bastante complexo e demorado", diz. Ele lembra, ainda, que no ciclo de crescimento pós-guerra, entre as décadas de 50 e 80, os países da América Latina apresentaram taxas de crescimento médio do PIB maiores que as do resto do mundo, mas as desigualdades aumentaram.

#### IBGE vê persistência da exclusão social

Os "Indicadores Sociais 2000" do IBGE são contundentes quanto à persistência da exclusão social e das desigualdades regionais. Cerca de 30% dos 5.507 municípios brasileiros têm favelas ou cortiços. E o número de favelas saltou de 717 em 1992 para 3.905 em 2000. Elas fazem parte da paisagem de 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes, mas, de acordo com o Instituto, isso não significa que as condições de vida nas cidades menores sejam melhores. Pelo contrário, IBGE tem relação à favelização, os indicadores sociais, via de regra, são piores nos pequenos municípios. Os dados do IBGE revelam, ainda, que no Brasil existem dois países distintos. Enquanto no Maranhão 67,2% das famílias com crianças de até 6 anos vivem com menos de um salário mínimo, em São Paulo esse número é de 9,8%, ficando a média nacional em 30%. No início do século XXI, Alagoas apresenta uma taxa de mortalidade infantil de 71,9 mortes para cada mil bebês nascidos vivos, contra uma taxa de 19,4 no Rio Grande do Sul. Em Minas, essa taxa é de 26,3. Enquanto em Belo Horizonte 86,9% dos domicílios têm rede coletora de esgoto, em Belém o percentual é de apenas 7,7%. As desigualdades são evidentes até mesmo sob o ponto de vista intra-regional. Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tem um PIB por habitante de R\$ 13,3 mil e, em Ribeirão das Neves, também na RMBH, a renda anual por pessoa não passa de R\$ 1,4 mil.

Já se observou, em diversos estudos sobre a pobreza no Brasil, que a simples melhoria dos serviços básicos – água, esgoto, eletrificação, etc. – reduz significativamente a precariedade das condições de vida da população pobre, mesmo sem que haja aumento da renda. Mas as políticas sociais continuam sendo as primas pobres da família das políticas públicas. E o que se vê é um quadro de diluição de responsabilidades, desarticulação institucional e pulverização de recursos. Os problemas remetem-se uns aos outros, realimentando-se continuamente. As ações setoriais, mesmo quando bem sucedidas, mostram-se vulneráveis em médio e longo prazos. Superar esse quadro é o grande desafio que está colocado para todos: desenvolver-se, inclusive a cada dia, em um mundo em transformação. Dependendo do que se fizer, o Brasil, neste novo século, ficará a cada dia mais parecido com a Bélgica ou com a Índia.

**Orçamento** – Na opinião do ex-ministro, o orçamento é uma peça importante na redução das desigualdades regionais. Ele destaca como fundamental a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo na elaboração, aprovação e execução do orçamento. "Tradicionalmente, no Brasil, o Legislativo tem pouca influência na alocação de recursos e, menos ainda, na execução da peça orçamentária", lamenta. Ele elogia as experiências do Orçamento Participativo, adotado pelo PT, e a das Audiências Públicas Regionais, efetivada pela Assembléia de Minas, mas acha que é preciso ir além. "Ambas trabalharam a questão da elaboração orçamentária; agora é necessário que isso também aconteça na fase de execução do orçamento. Para isso, a transparência é fator de extrema importância. Hoje, os Legislativos têm instrumentos como as TVs e a Internet, que são fundamentais para tornarem o processo mais transparente, para que as pessoas possam se informar e acompanhar não só a elaboração, mas também a execução orçamentária", aconselha. Paulo Paiva acredita que, para superar a exclusão social, é necessário conciliar uma política macroeconômica de estabilidade fiscal, estabilidade da moeda e competitividade econômica, com políticas microeconômicas que promovam o desenvolvimento da educação e da ciência e tecnologia, sobretudo. Nesse contexto, ele chama atenção para o fato de que o desenvolvimento da chamada economia da informação também não se dado de forma desigual, e que é preciso reduzir esse hiato. "O grande desafio, repito, é o crescimento da economia com melhor qualidade, promovendo a inclusão social. Para isso, a educação é chave", conclui.

**A tragédia da educação** – Quando se fala que a educação é a senha para que o País saia do atraso tecnológico e supere a exclusão social, alguns dados do Brasil tem dimensão desse desafio. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTe), o Brasil tem 17 milhões de analfabetos de fato e outros 30 milhões de analfabetos funcionais, que não passaram dos quatro anos de estudo. Menos de 30% das crianças até 3 anos estão em creches, menos da metade das crianças entre 4 e 6 anos frequentam o pré-escolar, 2,5 milhões de crianças de 7 a 14 anos e 6 milhões de adolescentes entre 14 e 18 anos não frequentam a escola. A taxa bruta de acesso ao nível superior é inferior a 7,5%.

Mas não é só. Estudos da Fundação Carlos Chagas revelam que as taxas de analfabetismo são muito maiores na população negra, que tem 97% de suas crianças estudando nas escolas públicas, menos aparelhadas. Desse total, só 3% chegam às universidades.

Por outro lado, enquanto no Brasil os recursos públicos destinados à educação não passam de 7% do PIB, Estados Unidos e Canadá, por exemplo, mesmo com PIBs muito maiores do que o Brasil e sem um quadro de exclusão educacional tão grande, gastaram, em 1994, 7,5% e 7,6% do PIB em educação, segundo o Anuário da Unesco.

**Crescimento não distribui renda** – Na análise do presidente do Ipea, Roberto Martins, que participou de debate na Assembléia Legislativa, há pouco se alterou um ano sobre o tema da exclusão social, a desigualdade no Brasil, além de grande, é persistente. "Ela não se alterou nos últimos 50 anos, exceto em dois momentos: durante o Plano Cruzado e nos primeiros anos do Plano Real", assinala. Ele lembra que o País passou por períodos de desenvolvimentismo, ditadura e grande crescimento econômico, como no período do "milagre" dos anos 70, estatização e privatização, ida ao FMI e política de juros altos, sem que o quadro se alterasse substancialmente.

De acordo com o presidente do Ipea, nos dois primeiros anos do Plano Real (julho de 1994 a julho de 1996), 11 milhões de pessoas deixaram a faixa de pobreza; mas o Brasil ainda tem mais de 30 milhões de pobres. Segundo os estudos do Ipea, a renda per capita brasileira é maior que a de 80% dos países do mundo, mas, ainda assim, o País é um dos campeões de pobreza. No coeficiente de Gini, o Brasil aparece ao lado da África do Sul, com coeficiente de 0,6.

"O coeficiente de 0,3 indica uma boa distribuição de renda", diz Roberto Martins.

Para o presidente do Ipea, no Brasil, não há uma relação direta entre crescimento econômico e redução da pobreza: "nos anos 70, o País crescia 8,7% ao ano e não mudou o quadro de desigualdades". Ele acredita ser possível diminuir a pobreza sem crescimento econômico e apresenta algumas correlações nesse sentido. Se o Brasil, exemplifica, conseguisse a distribuição de renda igual à da Colômbia - que é injusta -, o efeito de redução da pobreza equivaleria a 10 anos de crescimento de renda e 5,8% ao ano. Se a concentração de renda baixasse ao nível da Costa Rica (0,46 pelo coeficiente Gini), a pobreza cairia o equivalente a um crescimento de 7,5% ao ano durante 10 anos. "É mais fácil o Brasil enfrentar o problema da pobreza pela redistribuição de renda que pelo crescimento econômico", conclui Roberto Martins.